

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)**

### **Parecer nº 026/2018**

**Objeto:** Projeto de Lei Complementar 742, de 15 de fevereiro de 2018 que “Altera o artigo 111 da Lei Complementar nº 320, de 31 de dezembro de 2008, que “Institui a Revisão da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação dos Terrenos e Edificações no Município de Patos de Minas”.

**Autoria:** Vereador VICENTE DE PAULA SOUZA

**Relator:** Vereador ISAIAS MARTINS DE OLIVEIRA

### **1. Relatório**

Consoante a justificativa do Autor trata-se de projeto de lei, que tem por objeto modificar a redação do art. 111 da Lei Complementar nº 320/2008, com a finalidade de alcançar os casos de regularização anteriores à data da publicação do referido diploma legal, que não foram protocolados até a presente data.

O Presidente da Câmara Municipal admitiu a tramitação e fez distribuir às comissões permanentes, conforme se infere do despacho prolatado.

Seguindo a ordem e sistemática adotada pela CLJR, coube a este Vereador a relatoria.

### **2. Parecer e votos**

O projeto de lei em referência se enquadra na categoria legislativa de lei complementar.

No que tange a competência legislativa, constata-se que o projeto está em consonância com os preceitos contidos no art. 30, I, da Constituição Federal e arts. 12 e 67 da Lei Orgânica Municipal, segundo os quais compete privativamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local.

Constata-se, também, que a matéria não integra o campo reservado à iniciativa exclusiva do Executivo Municipal, consoante interpretação do art. 73 da Lei Orgânica de Patos de Minas, sendo, portanto, legítima a iniciativa por parte do Legislativo.

No tocante à técnica de redação, o projeto atende as determinações da Lei Complementar Municipal nº. 400, de 9 de abril de 2013, que trata das regras atinentes à elaboração, alteração e consolidação das leis municipais.

Cumpramos ressaltar que sugerimos emenda de redação da aludida proposta com o intuito de que o art. 111 da LC nº 320/2008 preveja que “os pedidos de alvará de construção, ampliação, demolição e regularização sejam analisados integralmente de acordo com a legislação da época da construção”, possibilitando, dessa forma, melhor compreensão sobre o tema.

Assim, considerando a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação da matéria, em primeiro turno de discussão e votação, com a emenda de redação supracitada.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 20 de fevereiro de 2018.

**ISAIAS MARTINS DE OLIVEIRA**

Relator

**OTAVIANO MARQUES DE AMORIM**

Membro da CLJR

**MARIA DALVA DA MOTA AZEVEDO – Dalva Mota**

Membro da CLJR